

IMPACTOS DO ABANDONO MATERNO NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Mickaelle Bezerra Calaça¹
Graziele de Sousa Costa²

Graduanda em Enfermagem pela Faculdade de Tecnologia e Ensino Superior Profissional (FATESP)¹.

Enfermeira. Pós-Graduanda em Urgência e Emergência pela Unidade Integrada de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (Unipós)².

RESUMO

Introdução: O Abandono materno de crianças é um grave problema para o Brasil, podendo deixar danos na criança, problemas psicológicos, como dificuldade de aprendizagem e problemas de saúde, que deve ser identificado e abordado por profissionais que atuam na área de saúde. **Objetivo:** O objetivo deste estudo é identificar em literaturas científicas os impactos causados pelo abandono materno no desenvolvimento infantil através de revisão integrativa de literatura. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de caráter quantitativo e qualitativo realizada nas bases de dados: SCIELO, LILACS e BVS. Foram analisados os resumos, fazendo-se em seguida a seleção para a leitura na íntegra dos que estavam relacionados com a temática do estudo. Das 50 publicações lidas, foram escolhidas 13 (09 artigos de revisão e 04 artigos originais) por responderem aos objetivos do trabalho e por se enquadrarem nos critérios de inclusão desta revisão integrativa sendo excluídas as publicações restantes (38). **Resultados e discussão:** A partir das publicações foi elaborado um breve histórico sobre os tipos de negligência e seu reconhecimento; apresentando dados sobre o impacto dos danos psicológicos sobre as crianças vítimas do abandono; definindo diferentes tipos de danos apresentando fatores de risco e subsídios que auxiliam no diagnóstico ou suspeita de abandono. **Conclusão:** A pesquisa permite uma compreensão global os danos causados na criança que sofreu abandono. O profissional que atua na área da saúde deve estar preparado para saber identificar os danos causados na criança pelo abandono e saber adequadamente quais os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos. Os danos causados na criança podem ser combatidos à medida que os serviços de saúde estimularam mães a não abandonar seus filhos. Para atender as necessidades de uma criança, que sofreu abandono dos pais, pode ser feito um planejamento dos cuidados, da adoção de políticas públicas e de mudanças institucionais que forneçam um suporte adequado a essas crianças no âmbito de um lar.

Palavras Chave: Criança, abandono materno, desenvolvimento infantil.

INTRODUÇÃO

O abandono infantil foi permitido desde os primórdios. Na Grécia antiga era conhecido o ato de *ektithenai* quando um pai ou uma mãe, querendo livrar-se de um filho, deixavam o recém-nascido na selva, desejando-lhe a morte, mas sem matá-lo com as próprias mãos. Na vida romana o direito à vida era concedido, geralmente pelo pai, em um ritual. Neste ritual, o recém-nascido era colocado aos pés de seu pai. Se o pai desejava reconhecê-lo, tomava-o nos braços, se não, a criança era levada para fora e colocada nas ruas. Se a criança não morresse de frio ou de fome, pertencia a qualquer pessoa que desejasse cuidar dela para, principalmente, fazê-lo seu escravo (RODRIGUES, HENNIGEN, 2014).

O abandono infantil configura-se como tal, a partir do momento em que mesmo ganha conotação jurídica e passa a ser resultado de um não cumprimento da lei, de um não cumprimento de direitos. Desse modo, abandonar significa ignorar e não atender alguém que tenha direitos. A história de crianças abandonadas esteve presente, até caracterizavam o abandono como uma prática adotada da relação matrimonial ou que não possuíam condições, destinavam para outros casais que iriam os educar e amar (DOS SANTOS, 2010).

De acordo com Brasil, (2014) a criança é a pessoa até 11 anos de idade e o adolescente entre 12 e 18 anos. O Ministério da Saúde considera criança a pessoa de 0 a 9 anos e o adolescente de 10 a 19 anos. A divisão em ciclos de vida, adotado pelo Ministério da Saúde, visa atender as especificidades nas fases de crescimento e desenvolvimento da criança e o início da puberdade.

É importante mencionar que há grandes dificuldades em encontrar estudos sobre o abandono no Brasil, devido à ausência de registro e a falta de domínio de documentos. O ato de expor os filhos foi introduzido no Brasil pelos Brancos Europeus, ademais, o abandono limitava-se ao espaço urbano, raramente ocorria no meio rural, onde a força de trabalho familiar ocupava fundamental papel na sobrevivência da unidade doméstica. As principais causas que levam muitas crianças a serem abandonadas são: a pobreza, a gravidez na adolescência, a falta de planejamento familiar, negligência e maus-tratos. No entanto, atentando apenas nas jovens grávidas adolescentes, as principais causas centram-se nos seguintes fatores: pobreza, pouca escolaridade, falta de rede de apoio, relações familiares com os pais, a ausência de envolvimento do pai da criança, depressão pós-parto consequentemente dor e sofrimento psíquicos, entre outros (RODRIGUES, HENNIGEN, 2014).

Os principais motivos que levam ao acolhimento das crianças por parte das Instituições são: a negligência (sobretudo no que diz respeito à ausência de acompanhamento familiar e de acompanhamento ao nível da educação), o abandono, os maus-tratos físicos e a carência econômica, pobreza, ou cujas famílias ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitado de cumprir sua função de cuidado e proteção (BRASIL, 2013).

Nos últimos anos, a proteção e defesa do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes vêm ganhando relevância nas políticas sociais brasileiras. Presente na Constituição Federal de 1988, este direito é reafirmado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e tem ganhado novos documentos que visam efetivá-lo, como o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e a Lei nº 12.010, chamada de Nova Lei de Adoção, que

entrou em vigor em 3 de agosto de 2009. Sabe-se que é um dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à saúde, à alimentação, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (RODRIGUES, HENNIGEN, 2014).

O referido estudo é relevante, pois conhecendo os danos causados na criança pelo abandono infantil, os profissionais de saúde poderão refletir sobre a sua prática profissional e assim poderá surgir políticas públicas específicas para estas crianças, podendo dar o auxílio necessário para os mesmos e assim minimizar os danos ou transtornos psicológicos causados pelo abandono pelos pais.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. Segundo Mendes; Silveira e Galvão (2008), a revisão integrativa inclui a análise de pesquisas relevantes que dão suporte para a tomada de decisão e a melhoria da prática clínica, possibilitando a síntese do estado do conhecimento que precisam ser preenchidas com a realização de novos estudos. Além disso, proporciona aos profissionais de saúde dados relevantes de um determinado assunto, em diferentes lugares e momentos, mantendo-lhes atualizados facilitando as mudanças na prática clínica.

Esta revisão integrativa da literatura foi elaborada por meio de levantamentos bibliográficos de materiais relevantes acerca da temática como foram realizados nas seguintes bases de dados: SCIELO, LILACS e BVS, utilizando como descritores: Criança, abandono materno, desenvolvimento infantil. Para orientação da seguinte revisão formulou-se a questão: Quais os impactos do abandono materno no desenvolvimento infantil?

Para a elaboração desta pesquisa, foram percorridas: definição de questão norteadora, estabelecimento dos objetivos da revisão e dos critérios de inclusão e exclusão para resultado, seleção da amostra, categorização a serem obtidas dos artigos selecionados, discussão dos achados e apresentação da revisão.

Para seleção dos estudos determinam-se como os critérios de inclusão na íntegra textos completos; publicado nos últimos 10 anos e disponíveis em língua portuguesa e que abordem a temática em questão. Como critério de exclusão serão artigos publicados em outras línguas que não seja o português, dissertação e tese e publicados anterior ao limite temporal estabelecido.

A coleta das informações foi realizada no primeiro trimestre do ano de 2017, onde após o procedimento de busca, foram pré-selecionados para leitura de título e resumo na observância de atendimento aos critérios de inclusão. Em seguida, após a seleção mais centrada e focada, foram lidas na íntegra para compor a amostra final.

Seguindo o detalhamento mencionado foram localizados 50 estudos nas bases citadas, destes 38 não atenderam os critérios de inclusão definidos, restando apenas 13 selecionados. A apresentação dos resultados e discussão dos dados foram feitas de forma descritivas para subsidiar a análise e síntese dos artigos inclusos. Os dados utilizados no estudo foram devidamente referenciados, respeitando e identificando suas respectivas fontes de pesquisa.

Após o levantamento das publicações científicas utilizando os descritores mencionados, partiu-se para a seleção dos artigos. Das 50 referências encontradas na base de

dados BVS (Biblioteca virtual de Saúde), 20 eram em idiomas não contemplados, 6 dissertações, 5 teses, 4 em duplicidade, 3 fora do período estabelecido nos critérios de inclusão. Das publicações que restaram apenas 13 possuíam a temática sobre os danos causados na criança pelo abandono infantil como objeto principal do estudo tendo como guia os objetivos do trabalho, associados aos critérios de inclusão. Para isso foi realizado a leitura de todos os títulos e separados aqueles que tinham relação com os objetivos desse estudo.

Foram analisados os resumos, fazendo-se em seguida a seleção para a leitura na íntegra do que estavam relacionados com a temática do estudo. Das 50 publicações lidas, foram escolhidas 13 (09 artigos de revisão e 04 artigos originais) por responderem aos objetivos do trabalho e por se enquadrarem nos critérios de inclusão desta revisão integrativa sendo excluídas as publicações restantes (38).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a seleção das publicações, lemos cada título e resumos exaustivamente para confirmar se eles contemplavam a pergunta norteadora desta investigação e se atendiam os critérios de inclusão e exclusão. Esta estratégia de busca é evidenciada no quadro 01.

Quadro 01- Publicações encontradas nas bases de dados, LILACS, SCIELO, BVS, com as palavras chaves estabelecidas.

DESCRITORES	LILACS	SCIELO	BVS
Criança abandonada, abandono infantil, maus-tratos.	12	28	10

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao ano das publicações dentro do período 2005 a 2015 relacionados aos impactos e modificações consequentes dos danos causados pelo abandono infantil, conta a distribuição no quadro 02.

Quadro 02- Distribuições entre os anos 2005 a 2015.

ANO	Nº	%
2005	2	16,67%
2006	1	8,33%
2007	1	8,33%
2010	1	8,33%
2014	4	33,34%
2015	3	25%

TOTAL	12	100%
--------------	-----------	-------------

Conforme visualizado no quadro 02, os anos de 2014 e 2015 apresentaram uma maior frequência entre as publicações selecionadas (54,34%), seguidas pela contida no ano de 2005 (16,67%), verifica-se menor frequência dos estudos publicados no ano de 2006(8,33%) e 2007(8,33%), 2010(8,33%).

Quadro 03- Distribuições quanto às fontes de pesquisas.

Fonte de Publicação	Nº	%
Arquivos brasileiros de ciências da saúde	1	8,33%
Psicologia e argumento	3	25%
Prática multiprofissional e prevenção da violência	1	8,33%
Psicologia, comportamento e cognição.	1	8,33%
Arq. Cienc. saúde	1	8,33%
Ver. Fac. Cienc. Med. Sorocaba.	1	8,33%
Rer.cefac.	1	8,33%
Texto contexto, enfermagem.	1	8,33%
Psicologia: ciência profissão	1	8,33%
Estudos feministas, Florianópolis.	1	8,33%
TOTAL	12	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação às fontes de publicações, observou-se que os trabalhos encontrados pertencem a variadas fontes de publicação, reconhecidamente científicas, sendo que psicologia argumenta com maior percentual (25%) o restante possui o mesmo percentual (8,33%).

Com esta pesquisa, foram obtidos 12 trabalhos científicos. Estes, após serem lidos na íntegra, foram distribuídos de forma sucinta em um quadro: (04) segundo: tipo de estudo; título, autores e base de dados. As publicações foram enumeradas do nº 01 a 12 para facilitar a identificação quanto da análise, etapa na qual os trabalhos lidos foram agrupados em eixos temáticos.

Quadro 04 – Distribuição das publicações científicas segundo: tipo de estudo; título autores e área de atuação.

Nº	TITULO	AUTORES	BASE DE DADOS/ TIPO DE ESTUDO
01	Um novo olhar sobre o conceito de abandono de crianças.	Santos. S.D.M	SCIELO/ Qualitativo.
02	O que leva uma mãe a abandonar um filho?	Santos, C.D; Weber, L. N. D	SCIELO /Qualitativo e quantitativo.
03	Maus tratos contra crianças adolescentes.	Pires, A. L. D; Miyazak, M. C. O. S	SCIELO/ Revisão de literatura.
04	A evolução dos modelos de assistência de enfermagem á criança hospitalizada nos últimos 30 anos: do modelo centrado na doença ao modelo centrado na doença na criança e família.	Miranda, A.R; Oliveira. A.R; Toia, L.M; Stuchi, H. K. O	BVS/ Descritiva, retrospectiva e comparativa.
05	Estudos dos aspectos adaptativos e psicológicos de mães de crianças acolhidas em abrigos.	Santos,N; Yamamoto,k	SCIELO/ Qualitativo.
06	Residência multiprofissional tecendo praticas interdisciplinar na prevenção da violência.	Bones,A.A.N.S; Cazella.S.C; Weber, L.S Costa, M.R.R; Bopsin, M.R; Saraiva, P.S	LILACS/ Descritivo, qualitativo.
07	Linguagem espectral e expressiva de crianças institucionalizadas.	Franco,E.C; Lopes,A.C; Lopes-herrira,S.A	SCIELO/ Qualitativa,descritiva
08	Entregar filho é abandoná-lo concepções do profissional de saúde.	Carazza,B.M; Yaraj,M.S.P; Santos,S.S	SCIELO/ Descritivaqualitativa, Quantitativa.

09	Frutos da castidade e da lascívia: as crianças abandonadas no Recife.	Santos, C.D; Weber, L.N.D.	SCIELO/ Qualitativa e quantitativa.
10	O Cuidar da criança de rua perspectiva dos graduandos de enfermagem.	Oliveira, A .A. P; Ribeiro, M.O.	SCIELO/ Qualitativo.
11	Análise das condições sociofamiliares de crianças em acolhimento institucional: Comparando-o dois momentos.	Cavalcante, L.L.C; Magalhaes, C.M.C; Araujo, C.R; Góes, E.L.C.	SCIELO/ Comparativo Qualitativo.
12	Visibilidades da adoção: interrogando estratégias e práticas sociais.	Rodrigues, L; Henningen, I.	LILACS/ Qualitativa.
13	Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente.	Sapienza. Graziela Pedromônico, Márcia.	SCIELO/ Pesquisa Bibliográfica.

Fonte: Dados da pesquisa

Os tipos de estudos também se diversificaram quanto ao tipo e a abordagem. Das 06 publicações, 01 são do tipo estudo de revisão; 02 do tipo qualitativo; 01 com abordagem qualitativa e quantitativa; 01 com abordagem Descritiva, retrospectiva e comparativa descritivo de abordagem quantitativa com delineamento transversal, 01 quantitativo, 01 pesquisa bibliográfica.

Verifica-se que consta apenas 01 estudo do tipo estudo de revisão, que corresponde à (20%) do total de artigos encontrados. Os 04 restantes se dividem entre abordagem qualitativa, exploratório descritivo e quantitativo.

Ao pesquisar os 06 artigos selecionados todos foram elaborados por pesquisadores de áreas distintas. Apresentados estes resultados nos trabalhos publicados entre 2005 e 2015, segue a discussão que apresenta a organização das ideias centrais dos autores e os desfechos dos estudos; estruturada em três categorias, sob a forma de eixo temático: Os danos causados na criança pelo abandono infantil.

Dentre as discussões observadas nos artigos analisados no presente estudo, destacam-se a importância da prevenção dos danos causados pelo abandono infantil. Para devida prevenção, faz-se necessário primeiramente a identificação de tais problemas, dentre eles destacam-se as dificuldades na aprendizagem, a negligência e as sequelas negativas como um dos fatores que mais afetam o desenvolvimento da criança.

Dificuldades de aprendizagem

De acordo com Sapienzal e Pedromônico (2005), um dos principais danos causados à criança pelo abandono infantil, ou por qualquer forma de violência contra ela, é o comprometimento da sua formação intelectual e o seu desenvolvimento social. Seja por privação da educação ou por traumas psicológicos que dificultam no desenvolvimento do raciocínio, esses fatores influenciam e podem ser determinantes para o processo de aprendizagem na fase da infância. A abordagem teórica- conceitual escolhida para pensar os problemas de aprendizagem neste trabalho diz respeito aos fatores de risco e proteção que estão presentes na vida de uma criança. Segundo essa abordagem, é a interação entre os fatores que vão determinar se a criança vai ou não desenvolver um problema psicossocial ou uma patologia no futuro. Sendo assim, é importante que se conheçam esses fatores para que se possam adotar medidas preventivas para os problemas que atingem a infância e a adolescência.

Ainda segundo Sapienzal e Pedromônico (2005), os próprios problemas de aprendizagem são considerados como fator de risco, pois desencadeiam uma série de consequências negativas na vida das crianças.

A manifestação simultânea de dificuldades comportamentais e escolares amplia a possibilidade de problemas nos contextos social e acadêmico, com prejuízo nos relacionamentos interpessoais e interferência no ajustamento social, favorecendo a tendência ao isolamento social, com risco de comportamento antissocial. Além disso, as dificuldades de aprendizagem e a percepção de limitações quando comparadas ao grupo de iguais leva as crianças a apresentarem sentimentos de menos valia e impotência (BONES *et al.* 2015).

Em nível de intervenções preventivas que visam diminuir a incidência do problema nos primeiros anos escolares, Sapienzal e Pedromônico (2005), reforça que são muito relevantes os estudos que identificam os fatores de risco para o desenvolvimento das dificuldades de aprendizagem, para que se possa atuar diretamente sobre esses fatores, prevenindo seu aparecimento e, conseqüentemente, os problemas psicossociais que dela decorrem ou estão a ela associados. No contexto escolar, é comum encontrar, em crianças que têm dificuldades em aprender, a sobreposição de diversos fatores de risco, como: Pobreza, conflitos familiares, violência, maus tratos familiares, dentre outros.

No que se refere ao prejuízo no autoconceito, Sapienzal e Pedromônico (2005), frisam que o mesmo torna-se maior diante da sobreposição de dificuldades de aprendizagem e de comportamento, isso porque a criança que apresenta essa combinação de fatores tem mais dificuldade em construir confiança em si mesma. O autor ainda afirma que a influência do ambiente familiar é significativa tanto sobre problemas de comportamento como sobre dificuldades no aprendizado acadêmico. As crianças que não tem um bom desempenho escolar sofrem uma pressão criada por uma rede de pessoas significativas em suas vidas e da sociedade em geral (MARTINS, *et. al* 2015).

Porém, Bones *et al.* (2015) menciona que não é simples afirmar que uma determinada condição psicossocial age como causa ou consequência na vida de um indivíduo. Uma criança que apresenta dificuldade de aprendizagem, provavelmente, já passou por diversas cadeias de circunstâncias desfavoráveis para o seu desenvolvimento e essa dificuldade, se persistir, também acarretará novos prejuízos psicossociais, que por sua vez, também

contribuirão para a manutenção ou intensificação dos problemas de aprendizagem. Daí a dificuldade na identificação dos fatores como causa ou consequência.

É possível afirmar que a dificuldade de aprendizagem está inserida em uma cadeia de causas e consequências de problemas psicossociais na infância, que precisam receber a atenção necessária, pois ora funcionam como causa, ora como consequência de problemas comuns na idade escolar.

Negligências cometidas em relação à criança

O presente trabalho discorre a seguir sobre as definições que podem auxiliar a compreensão da negligência infantil, o qual foram um dos aspectos que mais chamaram a atenção durante a busca e mostrar as inúmeras e graves consequências negativas que afetam o desenvolvimento da criança é a importância de que medidas preventivas, como intervenções e orientações, sejam oferecidas para as famílias na busca de melhorar os cuidados na tentativa de diminuir e/ou cessar a negligência infantil.

No Brasil, do ponto de vista social, os maus-tratos contra a criança passaram a merecer maior atenção no final dos anos 80. Nessa época o problema foi abordado na Constituição Federal (Brasil, 1988) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990), que tornaram obrigatória a notificação de casos de maus-tratos conhecidos, suspeitos ou confirmados (art. 13 do ECA).

Nesse contexto, a negligência aparece de forma tímida como objeto específico de interesse, só muito recentemente o que contrasta com alguns fatos que emergem de nossa realidade: de um lado o abandono de crianças no Brasil, enquanto uma das ações que pode constituir a negligência remete a uma prática bastante difundida, cuja história se confunde com a do próprio país; de outro, o de que ela aparece no momento atual como uma das alegações mais recorrentemente empregadas nos registros de violação dos direitos da criança, pelos órgãos envolvidos na proteção infantil. (PIRES, MIYAZAKI, 2005).

Sapienzal e Pedromônico (2005) corroboram que a negligência resulta de uma dinâmica estabelecida entre vários fatores econômicos, sociais e comunitários, bem como pessoais. A reflexão sobre quais omissões ou comportamentos devem ser considerados negligência, implica em procedimentos de responsabilização dos cuidadores, é complexa, pois demanda a consideração de um amplo espectro de variáveis de contexto (idade da criança, nível de desenvolvimento, estado físico e mental como também o entendimento dos pais da situação, seus esforços e a existência e qualidade de programas e serviços na comunidade) como também de fatores sociológicos, psicológicos e econômicos, que contribuem para a produção da problemática.

Destaca-se que a negligência infantil ocorre independentemente da condição de pobreza, ela é resultado de déficits de habilidades/comportamentos parentais. E isso explicaria por exemplo, a ocorrência de muitas situações de negligência em famílias que não têm dificuldades econômicas. Muitas vezes a negligência é usada de forma equivocada para descrever quadros extremos de pobreza, não havendo negligência por parte dos pais, mas da sociedade e das condições adversas vividas (MARTINS, *et. al* 2015).

Em síntese, a negligência se configura quando os pais, geralmente de um modo crônico, não têm vontade/disposição ou capacidades psicológicas requeridas para cuidar da criança e dessa forma, acabam respondendo inadequadamente às necessidades de seus filhos

e não demandam ou não conseguem aproveitar da ajuda de outras pessoas que poderiam/deveriam ajudar.

Sequelas negativas advindas dos maus-tratos infantis

Valetim e Yamamoto (2014) evidenciam em seu estudo que os maus-tratos para com as crianças causam grande impacto não somente para as vítimas, mas também para toda sociedade, gerando altos custos para a mesma. Vários estudos mostram que estes podem conduzir a um apego inseguro da criança para com a pessoa que lhe cuida, produzindo sequelas sócio afetivas negativas dentro de diversos domínios do desenvolvimento. As autoras descrevem quanto às consequências da negligência para com as crianças podem se manifestar no plano físico, podendo causar a mortalidade das crianças; na exposição a outras formas de maus tratos, na restrição de relações propiciadas à criança, na família, no ambiente de vida, no seu meio social e no plano de sequelas do desenvolvimento.

Essas numerosas consequências negativas geradas pela negligência tornam patente à necessidade de procurar meios de desenvolver programas de intervenção que propiciem, em uma primeira instância, a identificação precoce de crianças vivendo situações de negligência e que, em seguida amenizem ou contenham seus efeitos negativos, assim como se possível alterem a situação familiar, no plano dos cuidados despendidos (PIRES, MIYAZAKI, 2005).

Medidas preventivas para os fatores de riscos psicológicos da criança

De acordo com as indicações, num primeiro nível de intervenção, deve-se manter a atenção para diferenciar a negligência dos problemas causados pela pobreza.

Para Martins *et. al* (2015) a pobreza e a carência de recursos materiais, embora se constituam em fatores de risco para a negligência, conforme o mencionado, não são em si suas causas, sendo portanto, insuficientes para explicar ou mesmo para compor um quadro de negligência familiar, do mesmo modo que para as outras formas de maus-tratos, que também ocorrem em todos os segmentos econômicos. A pobreza, contudo, aumenta a vulnerabilidade social das famílias potencializando outros fatores de risco presentes, deve ser enfrentada pela intervenção de ajuda idealizada ou mais propriamente por políticas macrossociais de melhor distribuição de renda. Os planos de intervenção devem levar em conta, além dos fatores de risco estáticos como a pobreza, os dinâmicos, relativos ao funcionamento da família.

Martins *et. al* (2015), evidenciam outro nível de investimento a ser focado pelos programas de intervenção refere-se ao das necessidades da criança propriamente dita. Conforme os apontamentos feitos as crianças negligenciadas podem acumular problemas de desenvolvimento múltiplos e suas capacidades adaptativas podem padecer de uma sobrecarga precoce, devendo a superação e/ou atenuação desses problemas serem objetivos primários nos planos de intervenção. Muitas dessas crianças quando entram na escola apresentam dificuldades de aprendizagem e comportamentos destrutivos que devem, em absoluto serem alvo de intervenção de ajuda, visto que esses tem chances de desencadear uma série de novas consequências negativas.

A partir dos casos detectados, é fundamental verificar os níveis de dificuldades/necessidades apresentados pelas crianças de modo que essa avaliação permita, além de compreender os impactos dessa problemática, orientar intervenções que sejam

eficazes para conter seus efeitos sobre o desenvolvimento infantil. É importante trabalhar com as famílias com programas de intervenção que auxiliem os pais a cuidarem de seus filhos de forma adequada, em alguns casos, programas destinados à orientação dos pais são eficazes para que a negligência seja extinta (SANTOS, WEBER, 2005).

Santos e Weber (2005) evidenciam ainda que muitos casos de maus-tratos infantis ocorrem por gerações, pois os pais atuam da forma como foram cuidados, o estudo sobre violência doméstica mostra que muitos agressores presenciaram ou vivenciaram alguma forma de maltrato na infância, sendo que se o comportamento violento não for rompido, pode ocorrer em outras gerações, isso pode concretizar-se nas diversas formas de maus-tratos.

É fundamental que a recorrência de maus-tratos seja rompida, o que pode ser realizado através de programas de intervenção realizados com os pais, com a escola e com as crianças. A escola, o ambiente escolar e não somente um importante local para a detecção dos casos de negligência, como também muito adequado para a implementação de programas de intervenção.

Pires e Myazaki (2005) mostram que em nosso país, começa uma tendência apoiada em políticas públicas de aumentar o envolvimento familiar na escola. Os professores podem se beneficiar com informações pertinentes sobre seus alunos; os pais podem expor suas expectativas e entender melhor o desenvolvimento escolar. Se as duas instituições, escola e família, estabelecerem estratégias colaborativas, isso pode auxiliar em aspectos do desenvolvimento e da escolarização dos estudantes. Diante da temática dos abandonos infantis, especificamente na modalidade negligência, esse trabalho buscou mostrar a dificuldade de compreender esse fenômeno e as consequências negativas causadas. Relata também a necessidade de intervenções, mas é preciso que propostas práticas sejam expostas, sugere-se que novas pesquisas e possíveis programas de intervenções sejam propostos no intuito de melhorar os cuidados dos pais para um bom desenvolvimento de seus filhos.

A atitude dos profissionais na abordagem aos maus-tratos encontra-se intimamente relacionada com a visibilidade que o problema assume no cotidiano. Oliveira e Rodrigues (2009) afirmam que a qualidade do atendimento depende da possibilidade de ser capaz de identificar a presença ou a suspeita de violência nos diferentes casos e para isso contribui uma adequada formação direcionada para esta temática, o que faz com que os enfermeiros fiquem mais despertos para identificar situações de risco.

Ao longo dos anos, a promoção dos direitos, a proteção das crianças e jovens em risco, tem vindo a colocar novos desafios no que respeita à intervenção dos serviços de saúde. É a área dos cuidados de saúde primários que toma contato privilegiado com situações de abandono infantil e que trabalha com a família, conhecendo todo o seu enredo. Estamos cientes que os resultados deste trabalho, embora não se podendo generalizar pode dar um contributo para sensibilizar os enfermeiros sobre as suas práticas e melhorar o despiste, atendimento e encaminhamento das crianças vítimas de abandono nos mais diversos níveis. Sugerimos maior investimento na formação sobre esta matéria e criação de espaços de reflexão em equipe multidisciplinar que contribuam para a melhoria do atendimento/encaminhamento destas crianças, com ganhos para a saúde (BONES *et al.* 2015).

Oliveira e Ribeiro (2006) enfatizam que sem dúvida a experiência do cuidar de crianças nessa condição, desenvolve nos enfermeiros competências em vários domínios, nomeadamente na observação e avaliação dos aspetos de crescimento, do desenvolvimento

psicomotor, emocional e na detecção de perturbações do comportamento da criança. Mas o contato com estas situações, para além de dar mais segurança, aumenta a sensibilidade para estes casos e melhora a eficácia da atuação do enfermeiro.

Oliveira e Ribeiro (2006) frisam ainda que o profissional de saúde desempenha um papel importante de cuidado ao identificar uma situação de violência no que se refere ao abandono ou as condições que indicam que isto pode vir a acontecer. Ao avaliar os riscos, pode atuar no sentido de romper ou evitar dinâmicas abusivas. A atitude e a ação diante desta criança e adolescente podem representar uma nova maneira de cuidar dos filhos. Mas, é também importante lembrar que o apoio psicológico para os profissionais que atendem vítimas de violência é necessário e recomendável.

O estudo trazido por Franco e Lopes (2014) trás que a equipe de saúde nunca deve agir sozinha em caso de suspeita e confirmação desse tipo de violência, especialmente aos agentes Comunitários de Saúde, pela sua vinculação com os membros da comunidade. A rede de cuidados e proteção social no território deve ser acionada, a fim de apoiar as medidas tomadas pelo profissional de saúde na garantia de direitos e proteção da criança e adolescente.

Papel da enfermagem

É papel e dever do enfermeiro, ser capaz de atuar para a prevenção do abandono infantil, de diagnosticar o risco e levantar a suspeita precocemente, quando a situação de abandono já está instalada, chegando ao diagnóstico e à denúncia em tempo hábil, para que possa garantir a integridade física e emocional da criança ou adolescente sob seus cuidados. Logo, a partir do atendimento de rotina, emergencial ou de acompanhamento, poderão ser desencadeados todos os meios de proteção legal e social existentes, que devem garantir ao mínimo, o tratamento da criança ou do adolescente e de sua proteção. Assim, a atenção permanente continuada e especializada da saúde física e emocional da criança e/ou adolescente vítima de abandono (OLIVEIRA, RIBEIRO 2006).

Santos (2010) corroboram que, portanto, é dever ético, legal e moral, de todo profissional envolvido no atendimento estar qualificado e apto para intervir precocemente com as medidas necessárias cabíveis, evitando a reincidência e o aumento das sequelas produzidas pela agressão sofrida. O enfermeiro precisa ser uma pessoa tranquila, ágil, de raciocínio rápido, de forma a adaptar-se de imediato a cada situação que se apresente à sua frente, por isso a necessidade de qualificação, pois deve estar preparado para o enfrentamento de intercorrências emergentes, necessitando para isso conhecimento científico e competência.

CONCLUSÃO

Com o presente estudo, da literatura sobre o tema se faz necessário na medida em que a dificuldade de aprendizagem na infância, constituída como um problema de grande relevância na atualidade precisa ter seu campo de investigação teórico sistematizado, a fim de que possa contribuir para pesquisas e intervenções na área, sempre visando responder às demandas por conhecimentos advindas dos problemas sociais.

Inferimos que ocorreram vários tipos de abandono infantil por parte dos pais. Para diminuir os abandonos e os riscos de danos psicológicos causados pelo abandono da criança, o melhor a ser feito é influenciar a política a fazer algo mais para que acabem os tipos de

gravidez indesejada para que possa combater futuramente ao abandono infantil e venha a diminuir com o crescimento de crianças com consequências psicológicas.

Apesar das evoluções ocorridas e das evidências Mostradas neste estudo, este caso ainda não se teve uma solução em nosso País devido à dificuldade de algumas famílias frente à questão financeira, estrutura física e de algumas políticas públicas de saúde, que desfavorecem em determinadas situações a aplicação deste método. Os danos causados na criança podem ser combatidos à medida que os serviços de saúde estimularam mães a não abandonar seu filho. Para atender as necessidades de uma criança que sofreu abandono dos pais pode ser feito um planejamento dos cuidados, adotar políticas públicas e mudanças institucionais que forneçam um suporte adequado a essas crianças no âmbito de um lar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONES *et,al.*,. Residência multiprofissional tecendo práticas interdisciplinares na prevenção da violência. **Rev. ABCS Health Sci.** vol. 40, n. 3, p. 343-347, 2015.

CAVALCANTE, L. L. C; MAGALHÃES, C. M. C; ARAÚJO, C. R; GÓES, E. L. C Análise das condições sócio familiares de crianças em acolhimento institucional: comparando dois momentos. **Rev Psicol. Argum.** v. 32, n. 76, p. 79-92, jan-mar. 2014.

FRANCO, E. C; LOPES, A. C; HERRERA. S. A. L. Linguagem receptiva e expressiva de crianças institucionalizadas **Rev. CEFAC.** v. 16, n. 6, p. 1837-1841, nov-dez, 2014.

MARTINS. B. M. C M; FARAI, S. P, SANTOS. S. S, SIQUEIRA. A. C. Entregar o Filho para Adoção é Abandoná-lo? Concepções de Profissionais da Saúde. **Rev PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO.** v. 35, n. 4, p. 1294-1309, 2015.

MIRANDA, A. R; OLIVEIRA, A. R; TOIA, L. M; STUCHI. H. K. O A evolução dos modelos de assistência de enfermagem à criança hospitalizada nos últimos trinta anos: do modelo centrado na doença ao modelo centrado na criança e família **Rev. Fac. Ciênc. Méd. Sorocaba,** v. 17, n. 1, p. 5 - 9, 2015.

MENDES, K.D.S.; SILVEIRA, R.C.C.P.; GALVÃO, C.M. Revisão Integrativa: Método de Pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm,** Florianópolis, v.17, n.4, p. 758-64, Out-Dez, 2008.

NASCIMENTO, A. C Frutos da castidade e da lascívia: as crianças abandonadas no Recife (1789-1832). **Rev Estudos Feministas.** Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 280, janeiro-abril/2007.

PIRES. A. L. D; MIYAZAKI, M. C. O. S Maus-tratos contra crianças e adolescentes: revisão da literatura para profissionais da saúde. **Rev Arq Ciênc Saúde.** v.12, n. 1, p. 42-9, jan-mar 2005.

PINO, A. Política de promoção social e exercício da cidadania – uma crítica às práticas de confinamento da pobreza. **Serviço Social e Sociedade,** ano 10, n. 31, p.

141-159, 1989.

PINO, A. Direitos e realidade social da criança no Brasil. A propósito do 'Estatuto da Criança e do Adolescente'. **Educação e Sociedade**. Cedes, ano 11, n. 36, p. 61-79, 1990.

RODRIGUES, L; HENNINGEN, I Visibilidades da adoção: interrogando estratégias e práticas sociais **Rev Psicol. Argum.** v. 32, n. 76, p. 93-103, jan-mar 2014.

SANTOS, C. D; WEBER, L. N. D. O que leva uma mãe a abandonar um filho? **Psicologia, Comportamento e Cognição**. v, 15 (pp. 133-146).

SANTOS. S. D. M Um novo olhar sobre o conceito de abandono de crianças **Rev Acta Scientiarum. Humanand Social Sciences** Maringá, v. 32, n. 1 p. 63-72, 2010.

SAPIENZA, G; PEDROMÔNICO, Márcia. Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. **Rev Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 10, n. 2, p. 209-216, mai./ago. 2005.

OLIVEIRA, A. A. P; RIBEIRO, M. O O cuidar da criança de/na rua na perspectiva dos graduandos de enfermagem. **Rev Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p 246-53, Abr-Jun; 2006.

ONU- Organização das Nações Unidas. Declaração dos Direitos da Criança. 1959.

VALETIM, S. N; YAMAMOTO, K Estudos dos aspectos adaptativos e psicológicos de mães de crianças acolhidas em abrigos. **Rev Psicol. Argum.**, Curitiba, v. 32, n. 77, p. 53-62, abr./jun. 2014.